

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES  
CONCIDADES  
REALIZADA NOS DIAS 29/08/2006 E 30/08/2006.**

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos, no Salão Rafaello do San Marco Hotel, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 05, Bloco C, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima Reunião Ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 108 Conselheiros sendo 72 titulares e 36 suplentes, conforme **Anexo I**, representados por 15 do Poder Público Federal, 08 do Poder Público Estadual, 13 do Poder Público Municipal, 32 de Entidades dos Movimentos Populares, 12 de Entidades Empresariais, 10 de Entidades de Trabalhadores, 08 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 08 de Entidades Não-Governamentais. O Presidente saudou a todos e deu início à décima reunião, convocando os segmentos Poder Público Estadual, Entidades dos Movimentos Populares, Entidades Empresariais e Entidades de Trabalhadores a indicarem um representante de cada para compor a Mesa Coordenadora, conforme disposto no Regimento Interno, o que auxiliaria os trabalhos da manhã. Foram indicados os seguintes conselheiros Rogério Faé, do Poder Público Estadual, Benedito Roberto Barbosa, dos Movimentos Populares, Marcos Augusto Netto, das Entidades Empresariais, Wagner Fajardo Pereira, das Entidades de Trabalhadores. Após a composição da mesa, o Presidente abriu a palavra para os informes e em seguida apresentou a seguinte pauta: 1. Apresentação do Anteprojeto de Lei da Política de Mobilidade Urbana (APL de Mobilidade); 2. Informes dos Comitês Técnicos; 3. Deliberação das Resoluções. Depois de verificado o quorum, o Presidente colocou em votação a proposta de pauta apresentada que foi aprovada por unanimidade. Logo depois, foi encaminhada leitura e votação da ata da Cerimônia de Posse dos novos representantes do ConCidades e da 9ª Reunião Ordinária do ConCidades, que foram aprovadas por unanimidade. Logo após foi encaminhado o primeiro ponto de pauta. **1. Apresentação do Anteprojeto de Lei da Política de Mobilidade Urbana.** O Presidente passou a palavra para o Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, Sr. José Carlos Xavier, que apresentou as motivações da elaboração do APL e os debates realizados no Comitê Técnico (**Anexo II**) e nos seminários ocorridos em algumas regiões. Em seguida, o Secretário José Carlos Xavier apresentou o consultor Sr. Allan Trajano e o Sr. Carlos Morales da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (SEMOB), que colocaram os principais aspectos jurídicos e técnicos do texto do referido Anteprojeto. Encerrada a exposição, foi iniciado o debate no plenário onde os conselheiros encaminharam algumas emendas e ao término da discussão o texto foi aprovado por unanimidade. Porém houve seis declarações de voto que alegaram aprovar o conteúdo do APL, exceto o Artigo 23, Inciso II conforme **Anexo III**. Retomados os trabalhos do período vespertino, o Presidente encaminhou o segundo ponto de pauta: **2. Informes dos Comitês Técnicos.** O primeiro informe foi do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental, comunicado pelo Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo Oliveira Filho, de acordo com **Anexo IV**. Em sua fala, informou que foi realizado um balanço das atividades da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) e do Governo Federal no que tange ao saneamento. Apresentou um quadro geral da tramitação do Projeto de Lei (PL) do Saneamento, afirmando que foi aprovado no Senado por unanimidade e seguiu para a Câmara em regime de tramitação especial. Disse que, ao ser aprovado o PL, iniciará a segunda etapa que é pensar e discutir o plano nacional de saneamento e formular a própria regulamentação da lei.

Informou, também, que o montante dos recursos liberados pelo Governo Federal entre janeiro de 2003 e junho de 2006 foi de quase R\$ 10,6 bilhões para Saneamento que se traduziram no atendimento a seis milhões de famílias, neste período. Por último, o Secretário encaminhou uma proposta de Moção do Comitê contrária à aprovação do Projeto de Lei nº 203/91, que institui a Política Nacional de Resíduos e libera a importação de resíduos, e do PLS nº 216/03, que libera a importação de pneus usados. A Moção recomendava, também, o encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que proíba a importação de resíduos, incluindo pneus usados e reformados. A moção foi aprovada conforme **Anexo V**. O segundo relato foi da Sra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação sobre o Comitê Técnico de Habitação. Iniciou sua intervenção com a notícia de que havia ocorrido a primeira reunião do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e na ocasião foram aprovados o regimento interno e o termo de adesão ao FNHIS a ser assinado pelos municípios. Informou também que o Conselho Curador do FGTS aprovou uma suplementação dos subsídios que compõem os recursos do FGTS para habitação popular. Comunicou a criação de grupos de trabalho (GTs) temporários internos ao comitê para discutir assistência técnica e a Política Nacional da Habitação. Por último, relatou as negociações sobre o Orçamento Geral da União e as disponibilidades de recurso para o FNHIS que atualmente sinaliza R\$ 450 milhões, estando em negociação para que sejam ampliados esses recursos. Na seqüência, o Presidente passou a palavra ao Sr. Benny Schasberg, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), que deu os informes do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano (**Anexo VI**). Destacou a necessidade de elaboração de resolução referente à regulamentação do Artigo 41, Inciso V do Estatuto da Cidade, que se refere à obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor para municípios com empreendimentos que causem relevante impacto ambiental. Outros dois informes foram em relação aos encaminhamentos do Projeto de Lei nº 3057 (Lei de Responsabilidade Territorial e Regularização Fundiária) que permanece em tramitação no Congresso Nacional, e também sobre o levantamento realizado acerca da situação atual dos municípios obrigados a elaborar seus planos diretores, onde se averiguou que 89% destes planos estão em andamento. Após os informes, o Presidente passou a palavra à Sra. Otilie Pinheiro, da SNPU, que anunciou a assinatura de um convênio entre o Ministério das Cidades e o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA) para monitoramento do conteúdo e cumprimento do prazo da elaboração dos Planos Diretores. Na continuação dos trabalhos, o Presidente encaminhou o terceiro ponto de pauta: **3. Aprovação das Resoluções do ConCidades**, comunicando ao plenário o recebimento de doze resoluções para serem debatidas e votadas. Imediatamente deu início à leitura e debate da primeira, encaminhada pelo Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano e apresentada pelo Sr. Benny Shasberg, da SNPU, que recomendava a constituição de uma comissão inter-conselhos, composta pelo Conselho das Cidades e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de discutir e propor a regulamentação do Inciso V do Artigo 41 do Estatuto da Cidade. Encaminhada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade (Resolução Recomendada nº. 17 – **Anexo VII**). A segunda proposta de Resolução foi lida pela Sra. Patrícia de Menezes, do Instituto Polis. O texto apresentado propunha a retomada do Grupo de Trabalho (GT) de Conflitos Imobiliários Urbanos referido na Resolução nº 31, do ConCidades, modificando seu nome para Conflitos Fundiários Urbanos, objetivos e composição. A matéria foi votada e aprovada por unanimidade (Resolução Administrativa nº. 1 – **Anexo VIII**). Uma outra proposta de Resolução foi lida pela Sra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, encaminhada pelo Comitê Técnico de Habitação. O documento recomendava ao Congresso Nacional uma distribuição de recursos do FNHIS entre ações de melhoria e implementação de condições de habitabilidade com 68%, de construção de habitações de interesse social com 27%, e de apoio à elaboração de Planos de

Habitação de Interesse Social com 5% dos recursos. O texto foi discutido e aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada nº. 16 – **Anexo IX**). Na seqüência, a Sra. Veruska de Carvalho, da CONAM, propôs Resolução que trata da criação do GT de preparação da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Depois de debatida, a proposição foi votada e aprovada com uma abstenção (Resolução Administrativa nº. 3 – **Anexo X**). A Sra. Grazia de Grazia, da SECONCID, leu a proposta entregue à mesa coordenadora sobre a criação do GT de Acompanhamento do Orçamento Público do Ministério das Cidades que foi debatida e aprovada por unanimidade (Resolução Administrativa nº. 2 – **Anexo XI**). Dando continuidade aos trabalhos, o Coordenador, Sr. Elcione Diniz Macedo, leu a proposta apresentada á mesa que recomendava ao Ministério das Cidades o empenho na solução do problema que está inviabilizando o repasse de recursos do Programa de Subsídio Habitacional para 6.103 famílias sem teto do Estado do Rio Grande do Norte. A proposta foi votada e aprovada. Mais uma proposta foi defendida pelo Sr. Jurandir Boeira, da FNP. O texto recomendava ao MCidades que discutisse com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em parceria com os representantes do Poder Público Municipal, a implementação das regras do Decreto nº. 5.296. A proposta foi votada e aprovada com duas abstenções (Resolução Recomendada nº. 20 – **Anexo XII**). A palavra foi transferida ao Sr. Nazareno Affonso, da ANTP que propôs Resolução que recomendava ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o imediato descontingenciamento dos recursos do FUNSET e DPVAT. Depois de discutida, a matéria foi aprovada por unanimidade (Resolução Recomendada nº. 18 – **Anexo XIII**). O Sr. Benedito Barbosa, da CMP encaminhou proposta de Resolução cujo conteúdo recomendava à Casa Civil que editasse Projeto de Lei com o teor da Medida Provisória nº. 292, que trata de provisão habitacional e da regularização fundiária de interesse social nas terras e prédios da União, do INSS e da Rede Ferroviária Federal. O texto foi discutido e aprovado (Resolução Recomendada nº. 19 – **Anexo XIV**). O Sr. Wagner Fajardo, da FENAMETRO, propôs a elaboração de um Projeto de Lei de Criação de um Fundo Nacional da Mobilidade Urbana. Depois de discutida, a proposta de resolução não foi aprovada. A Sra. Grazia de Grazia, da SECONCID leu Moção de apoio à construção do Plano de Carreira dos funcionários do primeiro concurso público do Ministério das Cidades que foi votada e aprovada por unanimidade (**Anexo XV**). Logo após, o Coordenador leu outra Moção que solicitava aos conselheiros do ConCidades que se colocassem contrários à forma arbitrária e truculenta como vem sendo tratada a comunidade de Barra Nova pelo Poder Público Municipal e superintendência do Porto de Rio Grande - RS. A Moção foi aprovada por unanimidade (**Anexo XVI**). O Sr. Nazareno Affonso, da Associação Nacional de Transportes Públicos encaminhou Moção de repúdio ao PL nº. 6962/2006 que propõe que os recursos da CIDE sejam aplicados exclusivamente em rodovias. A Moção foi aprovada por unanimidade (**Anexo XVII**). A Sra. Grazia de Grazia voltou a fazer uso da palavra para ler a última Moção de repúdio encaminhada, que versava sobre a proposta aprovada no Conselho Curador do FGTS, de que parte do superávit de 20 bilhões de reais fosse aplicada em infraestrutura. A Moção foi votada e aprovada por unanimidade (**Anexo XVIII**). No final, o Presidente encerrou os trabalhos, saudando a todos.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente